

Licença

Copyright (c) 2022 Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Fonte:

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/46195>. Acesso em: 11 set. 2024

Referência

SANTARÉM, Paíque Duques. Ações afirmativas e posicionalidades: de quem é essa luta?. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 30–37, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/46195>. Acesso em: 11 set. 2024.

Ações Afirmativas e posicionalidades: de quem é essa luta?

Affirmative Actions and Positionalities: whose struggle is this?

Acciones afirmativas y posicionalidades: ¿de quién es esta lucha?

Paíque Duques Santarém¹
ORCID: 0000-0002-0395-151X

Resumo

Esta conferência foi proferida pelo antropólogo negro Paíque Duques Santarém no V Negras Antropologias, evento organizado pelo Coletivo Zora Hurston no dia 21 de outubro de 2021. Santarém faz uma análise sobre o processo de institucionalização da política de cotas na Universidade de Brasília (UnB) a partir de uma leitura, que é também experiencial, das mobilizações políticas de coletivos negros que se organizaram para que as ações afirmativas fossem adotadas na UnB e o quanto esse longo processo, até hoje, revela uma “condição agônica” dos negros e negras na universidade. As lutas de negros e negras se constroem, historicamente, num movimento que exige dessas pessoas: dirigir lutas e renovar epistemologias, bem como, cuidar de si e das outras para não adoecerem. Trata-se de uma tripla jornada: acadêmica, profissional e comunitária. Considera, ainda, os avanços que forjaram uma melhor situação atualmente, atentando à necessidade de não só manter as políticas de cotas, mas também ampliar seu alcance até que não só a universidade venha a mudar, mas também a sociedade. Para a efetivação dessas mudanças, o povo negro forjou tecnologias de resistência e transformação que possibilitaram a construção coletiva ainda em curso. A conferência teve, também, a presença da professora Luciana de Oliveira Dias (FCS/UFMG) e Wanderson Flor do Nascimento, o Uã (IH e FIL/UnB).
Palavras-Chave: Negras Antropologias; Raça; Posicionalidade; Cotas.

Abstract

This lecture was given by the black anthropologist Paíque Duques Santarém at V Negras Antropologias, an event organized by the Zora Hurston Collective. Santarém makes an analysis of the process of institutionalization of the quota policy at UnB from a reading that is also experiential, of the political mobilizations of black collectives that organized themselves so that affirmative actions were adopted at UnB and how much this long process, to this day, reveals an “agonic condition” of black men and women at the University. The struggles of black men and women are historically constructed in a movement that demands from these people: to direct struggles, to renew epistemologies, but also to take care of themselves and others so as not to get sick. It is a triple journey: academic, profes-

1. Paulo Henrique da Silva Santarém. Doutorando no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (PPG-FAU UnB), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/DAN-UnB) e bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília.

sional and community. It also considers that there have been advances that have brought us to a better situation today, but that it is necessary not only to maintain quota policies, but to expand them until not only the university changes, but also society. For the effectuation of these changes, the black people forged technologies of resistance and transformation that made possible this collective construction still in progress.

Key words: Black Anthropologies; Breed; Positionality; Quotas.

Resumen

Esta conferencia fue impartida por la antropóloga negra Paíque Duques Santarém en V Negras Antropologías, evento organizado por el Colectivo Zora Hurston. Santarém hace un análisis del proceso de institucionalización de la política de cuotas en la UnB a partir de una lectura también vivencial, de las movilizaciones políticas de colectivos negros que se organizaron para que se adoptaran acciones afirmativas en la UnB y cuánto de este largo proceso, a este día, revela una “condición agónica” de hombres y mujeres negros en la Universidad. Las luchas de los negros y las negras se construyen históricamente en un movimiento que exige de este pueblo: encauzar las luchas, renovar epistemologías, pero también cuidarse a sí mismo y a los demás para no enfermarse. Es un viaje triple: académico, profesional y comunitario. También considera que ha habido avances que nos han llevado a una mejor situación en la actualidad, pero que es necesario no solo mantener las políticas de cuotas, sino ampliarlas hasta que cambie no solo la universidad, sino también la sociedad. Para la efectivización de estos cambios, los negros forjaron tecnologías de resistencia y transformación que hicieron posible esta construcción colectiva aún en curso.

Palabras clave: Antropologías Negras; Raza; posicionalidad; Cuotas.

A todos e todas, boa tarde. Eu me chamo Paíque Duques Santarém, sou graduado e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília e agora estou cursando o doutorado em Arquitetura e Urbanismo na UnB, e tenho uma vida e uma trajetória toda por essa Universidade. Então, ao ser chamado pelo Coletivo Zora Hurston para falar hoje, fico emocionado e agradeço muito. É uma honra para mim poder estar conversando aqui com vocês sobre a nossa vida na universidade. Falo isso porque, na verdade, há uma sensação que eu quero explorar aqui e vai ser a primeira coisa que eu vou tratar. Há uma sensação de contínua agonia; uma sensação aqui que eu falo de forma um tanto jocosa, uma condição agônica. Isso não é um conceito consolidado, é uma alegoria que criei enquanto estava escrevendo as notas

para esta fala. É uma condição agônica própria de negros e negras na universidade.

É uma condição de se sentir deslocado no espaço, obviamente, uma condição de se sentir bilíngue, talvez porque nós falamos outras línguas em nossas casas e bairros. Simultaneamente, uma condição de incumbir-se sobre nós diferentes responsabilidades: de produzir, de dirigir lutas e movimentos, de renovar epistemologias, de cuidar dos seus, de se cuidar, de não surtar, de aquilombar-se, de se organizar para a sociedade, de produzir para frente. É uma agonia que o estudante negro e a estudante negra vivem na universidade. Eu acho que a gente tem que enfrentar essa agonia e a entender do ponto de vista histórico. O que está vinculado a isso? Eu quero começar falando dessa agonia, depois desenvolverei uma reflexão

sobre histórias de lutas de discentes negros e retornarei à agonia ao fim – porém, lá já tratarei de como a universidade também agoniza sobre a presença negra.

Como lidar com essa agonia nossa? Estou me apresentando aqui dentro da ideia da posicionalidade. Sou um homem negro, universitário, acadêmico, antropólogo e participei de uma trajetória do nascimento das cotas da Universidade de Brasília. Acho que em tudo isso, essa agonia sempre esteve presente com muitas(os) de nós. Estou falando aqui, agora, inclusive, na sequência de duas pessoas que foram grandes referências para mim na militância e que em alguma medida me ensinaram a militar. Em uma certa dimensão, esse debate sobre como lidar com essa agonia de ser um negro na universidade sempre esteve presente e foi transmitido entre gerações negras que viveram esta experiência.

O caminho de ter espaço de vida fora da universidade implica para nós, negros, em uma trípla jornada: acadêmica, profissional e comunitária; produzir ciência, gerar renda e manter laços afetivos de nosso povo. Dessa forma, trabalhando cerca de vinte e cinco (25) a vinte e seis (26) horas por dia, conseguimos dar conta dessa agonia de estar enclausurado em um ambiente epistemologicamente genocida, racista e estruturado pela branquitude. Fazemos isso com percursos diversos. É o caminho de se aquilombar dentro da universidade, forjando grupos; é também o de utilizar a universidade de forma instrumental, sem disputá-la, porque achamos melhor disputar outros espaços da sociedade. São várias tentativas e se eu fosse citar aqui o tanto de caminhos que foram apresentados, tomaria todo tempo de fala.

E por que eu tô citando isso? É porque agora nós temos um chamado, um chamado que chega para o ano de 2022, ano que vem², mas a gente tem que se mobilizar agora. É o chamado de manter as cotas, ampliá-las, enfrentar de frente esse monstro racista elutar contra ele. Eu vi alguns comentários nesta conferência de que a nossa condição agora é uma condição pior do que as condições passadas. Eu diria que não. Acho que a condição de hoje é muito melhor do que a condição que enfrentaram os militantes que instituíram as cotas na universidade, e tentarei explicar o porquê de talvez estejamos em momento muito melhor do que a de situações anteriores. Falo de épocas em que sequer esse debate estava colocado e o autoritarismo silenciador racista estava expresso, enfim.

Acho que a nossa condição não é especialmente mais miserável do que as condições anteriores de um povo que vive estruturalmente em uma sociedade racista, uma sociedade que transitou de quatrocentos anos tendo a escravidão como forma principal de lidar com a população negra, para, na sequência, dos cento e trinta anos (130) pós-abolição, chegar ao genocídio como forma principal de lidar com a população negra. Existia genocídio no passado (quando a estrutura do racismo era escravista); existe escravidão hoje (quando a estrutura do racismo é genocida), mas os dois principais motores do racismo mantêm esta particular característica de se atualizarem em diferentes conjunturas. Não acho que devemos tratar como se a tivéssemos em algum momento de exceção para a população negra. Acho que não é razoável tratarmos dessa forma. Temos que tratar como parte de

2. A conferência foi realizada dia 21 de outubro de 2021.

um processo secular, uma estrutura longa de luta, trabalho e militâncias, com a qual teremos que lidar de uma forma talvez um tanto pragmática, talvez um tanto idealista. E, pensando no passado-presente-futuro, devemos encruzeilhar essa ideia, pois a tecnologia do nosso povo tem mecanismos para isso.

Para abordar esse tema, farei um pequeno relato e, então, vou encerrar tentando dialogar com o tema da posicionalidade. De quem é essa luta? Para pensar de quem é a luta das cotas, eu quero voltar aos anos de 2000 e 2001, quando os negros da Universidade de Brasília eram menos de dois por cento (2%). A UnB, na época, tinha entre vinte e cinco (25.000) e trinta mil (30.000) estudantes – talvez um pouco menos, porque era ainda antes do começo das expansões dos campi, uma época de muita precarização. Estamos falando em cerca de quinhentos (500) a seiscentos (600) estudantes negros presentes neste universo estudantil, muito pouca gente.

Neste cenário adverso, um grupo de estudantes se organizou, conseguiu se encontrar e constituir um coletivo de cerca de vinte (20) a trinta (30) pessoas – um núcleo mais duro ali de quinze (15) integrantes, mas que conseguia se expandir e se retrair – e dirigiu uma luta na Universidade de Brasília, contra tudo e contra todos. Assim, criou um cenário social em que a aprovação das cotas dentro da instituição no ano de 2003 era irrefreável. Estou falando aqui na presença de um relevante militante desse coletivo, a professora Luciana, que foi do Coletivo EnegreSer, que conquistou o direito às cotas em um período em que havia uma ampla propaganda contrária a falar sobre racismo abertamente, havia um amplo consenso universitário contrário à abordagem desse tema, uma censura à população negra para não falar do assunto.

Esse Coletivo conquistou as cotas – é claro que não foi só ele –, teve protagonismo,

força e eficiência para a instituição desta política. Tanto por criar condições sociais para a sua realização, criando uma tensão na universidade por elas, quanto por meio de uma série de ações diretas, campanhas públicas, negociações, *lobby*. Ou seja, todos os meios necessários foram utilizados – de constrangimentos a meios nem tão verbalizados. Então, o Coletivo conquistou isso em contrariedade a tudo e a todos. E, além, esse Coletivo junto a outros da época que foram surgindo inventaram uma forma de ser negro e de militar na universidade. Com isso, não estou dizendo que não existiram coletivos anteriores, mas argumento aqui que, por meio da história do Coletivo EnegreSer e outros da mesma época, é possível entendermos uma linearidade, uma amplitude de coletivos que surgiram em várias universidades do Brasil, em que estudantes negros, antes minoritários, se organizaram e começaram a lutar por nossos direitos. Então, estamos aqui falando de uma tecnologia negra de se reorganizar e de se reinventar na universidade.

E esse Coletivo conquistou as cotas. Eu não posso dizer que o Coletivo EnegreSer – de trinta estudantes negros (30) em uma universidade com aproximadamente seiscentos (600) estudantes negros, que constituíam dois por cento (2%) de trinta mil (30.000) estudantes totais – conquistou as cotas lutando em uma condição melhor que a minha. Certamente não estavam.

Na sequência deste processo, com a ampliação progressiva, mas ainda tímida da presença negra na UnB, uma série de pequenas situações aconteceram ou foram forçadas para constituir entraves à política. A partir de alguns casos pontuais de dúvidas e questões sobre a implementação da ação afirmativa em uma universidade institucionalmente racista, junto às críticas da banca de Heteroidentificação constituída para evitar fraudes na implementação das cotas – como já citado aqui na fala do professor Uã

–, um aparato racista organizado composto por pessoas contrárias às ações afirmativas fez uma ampla campanha, juntando-se à Revista Veja, Rede Globo, boa parte da intelectualidade branca da UnB. Este grupo escreveu uma carta e fizeram um ataque que julgavam ser fulminante sobre as ações afirmativas. Esse ataque direto às cotas foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 186, tratando de cotas raciais na Universidade de Brasília. Uma ação muito bem articulada por diversos setores sociais da elite nacional.

Com isso, um conjunto de estudantes negros, na época, já não totalizavam seiscentos (600), talvez fossem por volta de dois mil (2.000) a três mil (3.000), porque a gente está falando dos anos de 2009 a 2010 (alguns anos após as cotas serem implementadas em 2004), que se organizaram e puxaram uma campanha em torno do que depois ficou conhecido como Nosso Coletivo Negro, no caso da UnB. Houve outros coletivos do Brasil mobilizados em torno da essa campanha que derrotou a articulação contrária que era muito poderosa. Ela envolvia ministros do Supremo Tribunal Federal – porque havia muitos ministros supremos contrários às cotas –, a “nata” da intelectualidade brasileira, todos os conglomerados de mídia do Brasil. TODOS. Não houve IstoÉ, Veja, Época, Globo, SBT, Record, nem qualquer veículo de mídia que tivesse dado apoio, destaque ou foco à luta em favor das cotas. Quando houve apoio, tratou-se de iniciativas pessoais de um ou outro personagem destes veículos.

A partir de aí se organiza um novo grupo de estudantes negros e negras, chamado Nosso Coletivo Negro, o qual juntava antigos militantes do Movimento Negro, estudantes novíssimos na universidade, militantes que tinham composto o EnegreSer e outros coletivos negros universitários. Esse grupo articulado fez ações diretas, *lobby*, campanhas, constrangimentos, bateu de

porta em porta, escreveu textos, fez *amicus curiae*. Estas ações foram determinantes para que a medida de ADPF, ao fim, fosse derrotada por unanimidade no Supremo Tribunal Federal. Claro que houve um amplo movimento de intelectuais brancas e brancos a favor da criação das cotas e contra a ADPF, mas o coletivo de estudantes negros e negras teve papel essencial, nem sempre tão visibilizados quanto merecem.

O Nosso Coletivo Negro manteve sua atuação. Quando se completaram 10 anos da existência de cotas na UnB e quando a Lei de Cotas foi aprovada no Congresso Nacional, em 2012, houve uma confluência histórica. O Nosso Coletivo Negro gerou um debate profundo e constituiu o foco para manter na Universidade de Brasília um avanço político em relação à Lei Federal de Cotas (Lei nº 12.711/2012), porque a lei aprovada pelo Estado brasileiro tipifica quem é o negro no Brasil que pode acessar as cotas, qual seja, aqueles que estudaram em escolas públicas no Ensino Médio. Minha posição, podemos debatê-la quando oportuno, é de que um negro que estudou em escola particular tem que ter tanto acesso às cotas quanto um negro que estudou em escola pública. Ele é tão negro quanto o negro estudou em escola pública, porque nós estamos falando de um povo e não de indivíduos em um povo. A posicionalidade é uma forma de lidar com o povo, com uma coletividade. Claro, uma comunidade diaspórica, com todas as suas diferenças. Mas, estamos falando de um setor social que tem um comportamento ou que funciona sociologicamente de uma forma, funciona coletivamente. Essa Lei de Cotas cria constrangimentos ao negro que estudou em escola particular; ao negro que, em alguma medida, pela luta dos seus mais velhos, sua comunidade, dos seus anteriores, teve acesso a algum tipo de direitos humanos, não só por frequentar a escola particular, mas pelo bairro em que morou, pela renda familiar da qual usufruiu. Então, é

como se o negro que conquistou um pouco de direitos humanos não fizesse parte da coletividade ou de uma estratégia coletiva de cotas. Isso é um erro. O Nosso Coletivo Negro, então, defendeu e garantiu que as cotas na UnB teriam amplo percentual para estudantes negros e negras de escolas públicas, conforme estava na lei, mas que além disso haveria, também, um percentual próprio da universidade destinado a toda população negra que concluiu o ensino médio, independente de qual sua trajetória educacional anterior.

O Nosso Coletivo Negro foi muito importante neste período, mas podemos falar também do programa Afroatitude, do coletivo Quilombão, que se organizou logo depois. Emergem, também, deste processo diferentes coletivos negros, o Grupo de Estudos Afroncentrados (GEAC), o Grupo de Estudantes Negros da Arquitetura (Calunga), o próprio Quilombo – que depois ocupou um espaço na UnB –, o Coletivo Negro da Sociologia, o Coletivo Negro da Comunicação, que nascem de um monte de espaços, cursos e articulações dentro da UnB. Falo destes coletivos porque tive interação direta com eles, integrando alguns dos mesmos. Na minha leitura, essa geração também inventa uma forma de ser negro em uma universidade que está adquirindo maioria negra. Já que não há ainda a possibilidade de uma disputa epistemológica ampla sobre os cânones da universidade, sobre a forma como a universidade se comporta com relação ao mundo, esse grupo, de alguma forma, monta mecanismos de utilização do espaço, de coletivização da utilização do espaço negro na Universidade de Brasília.

Tais coletivos, como uma ampla rede de relações, inventam formas de ser uma maioria ou uma minoria qualificada, de ser vinte por cento (20%) a quarenta por cento (40%) de povo negro na universidade. Inclusive, é um meio de constituir formas diversas de poder, ter divergências internas, coisas

que eram possíveis, mas não de forma tão aberta. Quando eu entrei no mestrado, essa condição agônica da universidade se manteve, até mesmo se ampliou. Por exemplo, na minha seleção ao mestrado para a turma de 2011, teve um caso atípico na Antropologia: por algum motivo entramos cinco negros de 16 que foram aprovados. E um dia, enquanto estávamos conversando com uma certa agonia por vivermos em uma briga com a epistemologia naquele momento – pois boa parte do nosso corpo docente tinha lutado contra as cotas –, pensamos que em alguma medida poderíamos fazer algo diferente ali. Então, nós, como coletivo, mobilizamos uma assembleia discente da pós-graduação da Antropologia e propusemos as cotas na pós-graduação. Nos dividimos, conversamos com os professores, fizemos *lobby*, ações diretas, constrangimento etc. As cotas na pós-graduação da Antropologia foram aprovadas dois anos depois, em 2013, e nesse meio tempo, essa proposta que construímos na Antropologia foi difundida e o pessoal da Sociologia da UnB foi mais rápido e aprovou antes. O pessoal que tínhamos contato no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, também já estava discutindo, levantou essa proposta e aprovou antes, bem como em outras universidades do Brasil já estavam aprovando. Nós não fomos o primeiro programa em Antropologia a aprovar as cotas na pós-graduação, nem o primeiro a propor, mas de alguma forma, a iniciativa partiu dos discentes e foi um cenário muito arisco para a gente. Porque nós, estudantes negros, no período pós-aprovação das cotas na Antropologia, ainda vivíamos sob a sombra do que foi o “caso Ary” (um dos casos de racismo na Antropologia da UnB) e do que foi a posição de muitos cânones da Antropologia da UnB, contrários às cotas na ADPF, professores que se manifestaram escrevendo cartas e artigos científicos. Então, vivemos essa agonia que foi respondida com a proposta de cotas na pós-gradu-

ação.

Eu acredito que a universidade não deixará de ser institucionalmente racista tão cedo, ainda que adote um tanto de ações afirmativas. Por outro lado, ao mesmo tempo que a universidade é um espaço comprometido com a branquitude, pois é um espaço estruturalmente racista, ela também possui políticas que são terminantemente antirracistas e que possibilitam isso que a Luciana e o Uã falaram: rupturas epistemológicas, abertura de outros caminhos, brechas de marginalidades para quem gosta de linhas de fuga, entre outras coisas. Pelo fruto desta luta negra nela inserida como ações afirmativas, ela possibilita esse tipo de articulação, de uma forma que jamais poderá retornar a uma condição racista de forma impune. Esta marca racial já está ali presente, é uma cicatriz – e eu acho difícil que haja algum tipo de vitória no ano que vem contrário às cotas. Nós vivemos essa agonia aqui, e de alguma forma também é a agonia deles e do resto da universidade. Então, eu entendo que se essa agonia é dupla e as cotas ainda são necessárias, e acho que não tem nem o que discutir. Não devemos concluir que as cotas já cumpriram o papel porque agora temos 40% de estudantes negros na universidade, não é esse o ponto. Se a questão fosse essa, teríamos que radicalizar, questionando, por exemplo, quantos médicos negros existem e quantos médicos brancos existem? E aí, quando tivermos um número de médicos negros e brancos proporcionais pela percentualidade da população, talvez a gente abdique das cotas. Não se trata somente de ter o mesmo número de estudantes e o mesmo número de profissionais. Mas, também, não só numericamente profissionais, há que se transformar os serviços, as epistemologias, os fundamentos. Não é só a universidade que tem que mudar, é a sociedade. Nesse sentido, entendo que nós não podemos esperar que as questões se apresentem a nós, porque se foi necessário e

estratégico em outro momento que a luta pelas cotas tivesse sido encabeçada ou encaminhada por pessoas brancas, não podemos abdicar agora da direção das frentes antirracistas e das frentes pelas cotas e pelas ações afirmativas, pois temos o poder e a tecnologia negra que foi constituída por aqueles coletivos e também pelas diferentes outras formas que o povo negro reinventou de estar dentro da universidade. É fundamental a reinvenção da negritude como uma essência, como performance e como projeto político para a constituição de coletividade. Então, não podemos abdicar da direção dessas frentes antirracistas. E mais, nós temos que estar mais à frente delas do que estivemos antes. Nós não podemos deixar que esse processo de luta em torno de uma cobrança das outras posicionalidades fiquem na direção dos outros setores da universidade, como se eles estivessem no centro da questão. Esses setores, por mais que estejam comprometidos em prol de uma luta antirracista, não podem dirigi-la por estar além de ser apenas um melhor direcionamento político em um momento A, B ou C. Há algo de constituição, de biotecnologia social que os negros e negras têm feito. Estou tentando insistir nesse argumento para que possamos entrar num segundo debate, sobre como, dentro da nossa diversidade, enquanto população negra, há diferentes corpos de homens, mulheres, homens cis, homens trans, mulheres cis, mulheres trans, com diferentes faixas etárias, com diferentes escolaridades prévias da vida universitária, diferentes conhecimentos de ofícios, diferentes espiritualidades, diferentes aprofundamentos, diferentes deficiências, toda diferenciabilidade que temos e em como a nossa diversidade negra vai lidar com esse espaço, nossa diversidade de tonalidades pretas, nossa diversidade de cabelos, de vozes etc. E aí a gente entra em outro debate, porque essa riqueza vem para dentro. É um pouco do que eu queria colocar. Tomara que tenha colab-

orado. E vamos dialogar, vamos lutar. É
nóis!

